



Universidade Federal do  
Pará - UFPA



Programa de Pós-graduação  
em Ciência Política

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA  
CURSO DE DOUTORADO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

## **EDITAL Nº 01/2024**

### **PROCESSO DE SELEÇÃO AO DOUTORADO EM CIÊNCIA POLÍTICA TURMA 2024**

A Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará torna público o Edital para seleção de candidatos(as) ao Curso de Doutorado em Ciência Política, Turma 2024.

Este edital fundamenta-se e vincula-se, integralmente, às disposições contidas na Resolução nº 5.425/2021/CONSEPE, que estabelece critérios para a elaboração dos editais de seleção dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da Universidade Federal do Pará; na Resolução nº 3.361/2005/CONSEPE, que dispõe sobre a Política de Ações Afirmativas da UFPA e na Portaria Normativa nº 4 de 6 de abril de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/Secretaria de Gestão de Pessoas, que Regulamenta o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos(as) candidatos(as) negros(as), para fins de preenchimento das vagas reservadas nos concursos públicos federais.

#### **1. DO CURSO DE DOUTORADO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

1.1 O curso de doutorado em Ciência Política integra o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da UFPA (<https://ppgcp.propesp.ufpa.br/index.php/br/>).

1.2 O PPGCP-UFPA tem como missão institucional promover o ensino e a pesquisa em ciência política com o objetivo de desenvolver e propagar o conhecimento científico e suas possíveis aplicações, com especial atenção aos problemas da região amazônica, relacionados a fatores políticos, institucionais, culturais, sociais e econômicos.

1.3 O curso de Doutorado em Ciência Política objetiva promover a formação de profissionais com sólida base teórica e metodológica, que possam atuar como professores(as), pesquisadores(as), assessores(as) e gestores(as) de políticas públicas, comprometidos(as) com produção científica e técnica qualificada, com assessoria a movimentos sociais e com análise de problemas políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais que caracterizam os Estados da Amazônia brasileira, mais especificamente.

1.4 O Programa organiza-se em uma única área de concentração, denominada Ciência Política, e 2 (duas) linhas de pesquisa, quais sejam: “*Instituições Políticas e Políticas Públicas*” e

*Cidade Universitária Professor José da Silveira Netto* - Rua Augusto Corrêa, Nº 1, Guamá, CEP: 66075-110

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas- IFCH

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política -PPGCP - Telefone: (91)3201-7441

<http://ppgcp.propesp.ufpa.br/index.php/br/> / E-mail: [ppgcp@ufpa.br](mailto:ppgcp@ufpa.br)

“*Democracia e Sociedade*”. As duas linhas de pesquisa abrigam discussões sobre a relação Estado e sociedade, políticas públicas, comportamento político e eleitoral, opinião pública e instituições como, presidencialismo, legislativo, judiciário, federalismo, partidos políticos, sistemas eleitorais, sistema partidário e controle institucional. Reúnem, ainda, discussões sobre formas de participação e de representação política, formação de identidades políticas, cidadania e desigualdades sociopolíticas, tais como as de gênero e de raça.

1.5. A Estrutura Curricular do curso é constituída por disciplinas obrigatórias e optativas, além de outros componentes curriculares (estágio docência, exame de qualificação e defesa de tese) e extracurriculares, totalizando 60 (sessenta) créditos (<https://ppgcp.propesp.ufpa.br/index.php/br/>).

1.6. O Corpo Docente do Curso de Doutorado é formado por 13 (treze) docentes permanentes e 04 (quatro) colaboradores(as). Informações detalhadas podem ser buscadas no site do PPGCP.

## **2. PERÍODO DE DURAÇÃO DO CURSO**

2.1. O prazo máximo para a conclusão do doutorado, da matrícula inicial até a defesa da Tese, é de 48 meses, prorrogáveis por mais 12 (doze) meses, em casos julgados como excepcionais, a critério do Colegiado.

## **3. DAS VAGAS**

3.1. As vagas para ingresso no curso de doutorado do PPGCP, turma 2024, serão preenchidas, nos termos do presente edital, sendo classificadas como: vagas de ampla concorrência (06) e; vagas especiais (04).

3.2. As vagas especiais serão distribuídas conforme especificações a seguir:

- a) 01 (uma) cota para candidatos(as) autodeclarados(as) pretos(as) e pardos(as);
- b) 01 (uma) cota para candidatos(as) autodeclarados(as) indígenas;
- c) 01 (uma) cota para candidatos(as) autodeclarados(as) quilombolas;
- d) 01 (uma) cota para candidaturas de pessoas com deficiência.

3.2.1. No momento da inscrição, os(as) candidatos(as) às cotas deverão selecionar a opção correspondente no formulário. Caso contrário, serão considerados(as) candidatos(as) não optantes e não poderão, posteriormente, reivindicar uma dessas vagas/cotas.

3.2.2. Candidatos(as) selecionados às vagas para pessoas negras, deverão ser aprovados(as) por uma banca de heteroidentificação, com o apoio da Assessoria de Diversidade e Inclusão Social (ADIS), que avaliará o fenótipo social dos(as) candidatos(as). Caso não sejam preenchidas as cotas para pessoas negras, nos termos deste edital, as vagas poderão ser ocupadas por candidatos(as) aprovados(as) no processo seletivo (ampla concorrência), seguindo a classificação e o número de vagas ofertadas neste edital.

3.2.3. Será ofertada 01 (uma) cota para pessoa com deficiência neste edital. Caso não seja preenchida a cota para pessoa com deficiência, a vaga poderá ser ocupada por candidatos(as) aprovados(as) no processo seletivo (ampla concorrência), seguindo a classificação e o número de vagas ofertadas neste edital.

3.2.4. Serão ofertadas 01 (uma) cota para pessoas indígenas e 01 cota para pessoas quilombolas. Em ambos os casos, deverá ser comprovada a pertença, mediante declaração assinada pelas autoridades/lideranças tradicionais e/ou pela organização política correspondente ao coletivo de origem do(a) candidato(a). Caso não sejam preenchidas as cotas, a vaga poderá ser ocupada pelos candidatos(as) aprovados(as) no processo seletivo (ampla concorrência), seguindo a classificação e o número de vagas oferecidas neste edital.

3.2.5. Não havendo candidatos(as) optantes por cotas em número suficiente para o preenchimento das vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para os(as) candidatos(as) não optantes, aprovados(as) no processo seletivo (ampla concorrência), sendo preenchidas em ordem decrescente de notas finais, seguindo a classificação.

3.3. As vagas serão distribuídas de acordo com os Programas de Pesquisa coordenados pelo corpo docente (Anexo 2), com disponibilidade para orientação, mediante aprovação do Colegiado, em conformidade ao documento de área da Capes.

3.3.1. Os(As) docentes com disponibilidade de vaga para orientação a discentes ingressantes em 2024, são os seguintes:

	<b>Docente</b>	<b>E-mail</b>	<b>Link do Currículo Lattes</b>
<b>Permanentes</b>	Bruno de Castro Rubiatti	<a href="mailto:bcrubiatti@ufpa.br">bcrubiatti@ufpa.br</a>	<a href="http://lattes.cnpq.br/3593569714396077">http://lattes.cnpq.br/3593569714396077</a>
	Carlos Augusto da Silva Souza	<a href="mailto:carlossouza@ufpa.br">carlossouza@ufpa.br</a>	<a href="http://lattes.cnpq.br/7158504535308341">http://lattes.cnpq.br/7158504535308341</a>
	Eugênia Rosa Cabral	<a href="mailto:ercabral@ufpa.br">ercabral@ufpa.br</a>	<a href="http://lattes.cnpq.br/2195250873603926">http://lattes.cnpq.br/2195250873603926</a>
	Fernanda Valli Nummer	<a href="mailto:nummer@ufpa.br">nummer@ufpa.br</a>	<a href="http://lattes.cnpq.br/1764017693195546">http://lattes.cnpq.br/1764017693195546</a>
	Gustavo C. de Macedo Ribeiro	<a href="mailto:gcmribeiro@ufpa.br">gcmribeiro@ufpa.br</a>	<a href="http://lattes.cnpq.br/8785742397681355">http://lattes.cnpq.br/8785742397681355</a>
	Jaime Luiz Cunha de Souza	<a href="mailto:jaimecunha@ufpa.br">jaimecunha@ufpa.br</a>	<a href="http://lattes.cnpq.br/4839851123365819">http://lattes.cnpq.br/4839851123365819</a>
	Luís Fernando Cardoso e Cardoso	<a href="mailto:luiscardt@gmail.com">luiscardt@gmail.com</a>	<a href="http://lattes.cnpq.br/9240601863315295">http://lattes.cnpq.br/9240601863315295</a>
	Maria Dolores Lima da Silva	<a href="mailto:mdls@ufpa.br">mdls@ufpa.br</a>	<a href="http://lattes.cnpq.br/7277148176512169">http://lattes.cnpq.br/7277148176512169</a>
	Murilo de Oliveira Junqueira	<a href="mailto:murilooj@gmail.com">murilooj@gmail.com</a>	<a href="http://lattes.cnpq.br/2764182741921334">http://lattes.cnpq.br/2764182741921334</a>
	Rayza Sarmento de Sousa	<a href="mailto:rayzasarmento@ufpa.br">rayzasarmento@ufpa.br</a>	<a href="http://lattes.cnpq.br/2829775863179545">http://lattes.cnpq.br/2829775863179545</a>
<b>Colaboradores</b>	Bárbara Lou Veloso Dias	<a href="mailto:bvdias@ufpa.br">bvdias@ufpa.br</a>	<a href="http://lattes.cnpq.br/8176515656244466">http://lattes.cnpq.br/8176515656244466</a>
	Nirvia Ravena	<a href="mailto:niravena@uol.com.br">niravena@uol.com.br</a>	<a href="http://lattes.cnpq.br/0486445417640290">http://lattes.cnpq.br/0486445417640290</a>
	Roberto Ramos Santos	<a href="mailto:roberto.ramos@ufrb.br">roberto.ramos@ufrb.br</a>	<a href="http://lattes.cnpq.br/1176957002965235">http://lattes.cnpq.br/1176957002965235</a>

3.4. Não haverá nenhum compromisso por parte do Programa com o preenchimento total das vagas, nem com a concessão de bolsas.

#### **4. DA VERIFICAÇÃO DA AUTODECLARAÇÃO DE PESSOA NEGRA**

4.1. O(a) candidato(a) inscrito com autodeclaração de que é pertencente à população negra (de cor preta ou parda), independentemente da cota em que for aprovado, deverá apresentar-se à Comissão de Heteroidentificação, em data, horário e local a serem informados, para participar do processo de validação da autodeclaração.

4.1.1. Na convocação dos(as) candidatos(as) para avaliação pela Comissão de Heteroidentificação, serão informados os procedimentos para eventuais recursos decorrentes de não validação da autodeclaração.

4.2. À Comissão de Heteroidentificação, o(a) candidato(a) entregará a autodeclaração racial, em modelo disponível no Anexo II deste edital, integralmente preenchida, e essa comissão fará análise do seu fenótipo social para validação da autodeclaração.

4.3. A Banca de Heteroidentificação será composta por cinco pessoas, a serem indicadas pela Assessoria da Diversidade e Inclusão Social (ADIS), e deverá atender ao critério da diversidade, garantindo que seus membros sejam distribuídos por sexo e cor.

4.4. A Banca de Heteroidentificação fará análise presencial do fenótipo social do candidato, para validação da autodeclaração.

4.4.1. Entende-se por fenótipo social o conjunto de características pelo qual as pessoas são vistas e consideradas negras (cor da pele e outras características físicas), e que lhes deixa vulneráveis às discriminações e ao racismo.

4.4.2. O fenótipo de pessoa negra será a base exclusiva para análise e validação da autodeclaração, excluindo-se as considerações sobre a ascendência, bem como as informações contidas em quaisquer documentos.

4.5. O(a) candidato (a) cuja autodeclaração não for validada pela Banca de Heteroidentificação poderá solicitar nova análise de seu fenótipo social por outra Banca, aqui denominada Banca Recursal, mediante requerimento. A Banca Recursal será composta por três pessoas, a serem indicadas pela ADIS, seu parecer será definitivo no presente processo seletivo, não cabendo recurso administrativo.

4.6. O(a) candidato(a) que não se apresentar à Comissão de Heteroidentificação em data, horário e local determinados terá o seu direito à vaga cancelado, não havendo reagendamento do procedimento, salvo casos em que comprove impedimento por motivo de saúde, com comprovação por atestado médico.

4.7. A matrícula do(a) candidato(a) estará condicionada à validação da autodeclaração pela Comissão designada para esse fim.

4.8. É de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) acompanhar a publicação das listagens de convocação no site da Universidade ([ciac.ufpa.br](http://ciac.ufpa.br)) para verificação presencial da autodeclaração.

## **5. DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO**

5.1. Serão admitidos(as) à inscrição no processo seletivo ao Curso de Doutorado do PPGCP, portadores(as) do diploma de Mestrado ou concluintes do Curso de Mestrado em Ciência Política, Ciências Sociais, Ciências Humanas ou áreas afins.

5.1.1. O pedido de inscrição ao processo seletivo do Doutorado de aluno(a) concluinte de curso de Mestrado deverá ser acatado condicionalmente, devendo o(a) candidato(a) apresentar documento comprobatório de conclusão do curso de Mestrado por ocasião da matrícula.

5.1.2. Os(as) candidatos(as) concluintes de curso de Mestrado deverão, no momento da inscrição, apresentar declaração da Coordenação do curso informando a data prevista para a conclusão do mestrado, ficando sua admissão condicionada à conclusão do curso até a data limite para a realização da matrícula dos(as) candidatos(as) aprovados(as).

5.1.3. A não apresentação do documento comprobatório até a data limite para a matrícula implicará a perda de vaga.

5.1.4. Os diplomas emitidos por universidades estrangeiras deverão ser revalidados na forma da legislação vigente.

5.2. As inscrições para este processo seletivo deverão ser efetuadas exclusivamente via internet, entre 00h01min do dia 18 de janeiro de 2024 e 23h59min do dia 28 de janeiro de 2024 (horário oficial de Brasília/DF) no endereço eletrônico abaixo identificado.

5.2.1. Preencher FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO acessando “Doutorado em Ciência Política”, disponível no link abaixo:

<https://forms.gle/ayYBcifUB3Jebjpc7>

5.2.2. Não será aceita, em hipótese alguma, a inscrição não realizada por meio do link acima disponibilizado.

5.3. Anexar ao formulário os DOCUMENTOS discriminados abaixo. Cada documento deverá ser inserido separadamente no local previsto para tal, no formulário:

5.3.1. Cópia digitalizada dos documentos de identificação:

- a) Carteira de identidade ou documento equivalente, desde que contenha foto;
- b) CPF;
- c) Comprovantes de comparecimento à última eleição, incluindo segundo turno, se houve;

5.3.2. Cópia digitalizada do Diploma, certificado ou declaração de concluinte de curso de mestrado;

5.3.3. Cópia digitalizada do Histórico escolar de mestrado;

5.3.3.1. Candidatos(as) estrangeiros(as) deverão apresentar a documentação exigida na legislação específica. Em caso de aprovação, os diplomas estrangeiros devem ser acompanhados com o documento comprobatório de revalidação pelo Ministério da Educação, até o final do mês da matrícula.

5.3.4. Curriculum Lattes certificado pela Plataforma Lattes, em formato PDF (**em único arquivo**), acompanhado de uma via com cópias digitalizadas dos documentos comprobatórios (ver modelo proposto na Plataforma LATTES/CNPq – [www.cnpq.br](http://www.cnpq.br)).

5.3.4.1. Os comprovantes devem ser ordenados na mesma sequência dos indicadores de avaliação explicitados no Quadro de Avaliação do *Curriculum Vitae*. A comprovação das referidas atividades é obrigatória. Atividades não comprovadas não serão computadas.

5.3.4.2. Não serão considerados, para fins de avaliação, currículos que não estejam cadastrados na Plataforma Lattes do CNPq (<http://lattes.cnpq.br/>), exceto para candidatos(as) estrangeiros.

5.3.4.3. Candidato(a) estrangeiro(a) que não tenha registro de Currículo na Plataforma Lattes, por causa de ainda não possuir a documentação requerida para nela se cadastrar, apresentará Currículo correlato.

5.3.5. Pré-projeto de pesquisa conforme as recomendações abaixo.

5.3.5.1. Adequação aos aspectos formais da escrita científica.

5.3.5.2. O Pré-projeto de pesquisa deve conter entre 15 e 20 laudas, excluídos os elementos pré e pós-textuais (capas, índices, folha de rosto e bibliografia), e ser produzido a partir da seguinte padronização: espaço 1,5; fonte Times New Roman (corpo 12); margens 3 cm (superior e esquerda) e 2 cm (inferior e direita); demais formatações devem seguir o padrão ABNT.

5.3.5.3. Os pré-projetos de pesquisa dos(as) candidatos(as) deverão obrigatoriamente estar vinculados à: área de concentração do Programa (Ciência Política); a uma das linhas de pesquisa do PPGCP da UFPA e; ao Programa de Pesquisa do(a) orientador(a) pretendido(a).

5.3.5.4. Não deve constar no pré-projeto qualquer identificação do(da) candidato(a).

5.3.5.5. Serão desclassificados(as) os(as) candidatos(as) cujos pré-projetos não correspondam às exigências formais aqui definidas.

5.3.5.6. Adequação aos aspectos substanciais de construção da pesquisa a ser realizada no âmbito do PPGCP, a partir dos seguintes aspectos:

- a) Exequibilidade e justificativa da proposta;
- b) Delimitação do tema, do problema e da(s) hipótese(s) de pesquisa;
- c) Formulação e adequação da construção teórica ao problema de pesquisa;
- d) Delimitação do quadro teórico e conceitual concernente ao tema que pretende desenvolver em sua tese de doutoramento, com utilização de bibliografia pertinente à área da Ciência Política;
- e) Coerência e adequação das estratégias metodológicas propostas.

5.3.6. Carta do(a) candidato(a) ao Presidente da Comissão de Seleção expondo as intenções para cursar o Doutorado, bem como da escolha da linha de pesquisa e do(a) orientador(a) pretendido(a), em no máximo duas laudas.

5.3.7. São de inteira e exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a) as informações e a documentação por ele(a) fornecidas para a inscrição, as quais não poderão ser alteradas ou complementadas, em nenhuma hipótese ou a qualquer título, após a realização da inscrição.

5.3.8. As pessoas indígenas e pessoas quilombolas deverão anexar os mesmos documentos. Além desses documentos, deverão fornecer uma cópia digitalizada da DECLARAÇÃO COMPROBATÓRIA DE PERTENCIMENTO, assinada por três pessoas entre autoridades/lideranças tradicionais comunitárias e/ou dirigentes de organização política correspondente ao coletivo de origem do(a) candidato(a).

5.3.9. Os documentos deverão ser preferencialmente enviados em formato PDF. Cada arquivo enviado deverá ser nomeado de forma clara, incluindo o nome do(a) candidato(a) e o tipo de documento (por exemplo: o PDF contendo o RG de um candidato deverá ser designado "RG\_Nome.pdf").

5.4. Caso exista mais de uma inscrição no formulário online para o(a) mesmo(a) candidato(a), será considerada apenas a última inscrição válida recebida.

5.5. O Programa de Pós-Graduação em Ciência Política não se responsabiliza por problemas técnicos ou de conexão, inclusive decorrentes dos provedores de acesso, que possam, eventualmente, inviabilizar a inscrição.

5.5.1. Recomenda-se que o(a) candidato(a) evite deixar a inscrição para os últimos dias, de modo a minimizar os riscos de problemas técnicos que possam inviabilizar a inscrição.

5.6. O/A candidato/a que fizer uso de informação ou documento falso para a inscrição, ou ocultar informação ou fato relevante à participação no certame terá a sua inscrição anulada.

5.7. Informações sobre o doutorado podem ser obtidas no site <http://ppgcp.propesp.ufpa.br/>.

5.8. Dúvidas referentes ao processo seletivo deverão ser enviadas ao e-mail: [selecao.doutorado.ppgcpufpa@gmail.com](mailto:selecao.doutorado.ppgcpufpa@gmail.com).

5.9. Haverá análise prévia dos pedidos de inscrição e somente serão deferidos:

- a) os que atenderem aos requisitos estabelecidos no item 3 deste Edital;
- b) os que apresentarem toda a documentação estabelecida no item 3 deste Edital.

## **6. DO PROCESSO DE SELEÇÃO**

6.1. A seleção dos(as) candidatos(as) será feita pela Comissão de Seleção, formada por, no mínimo, três membros titulares e um suplente, aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciência Política.

6.1.1. A composição da Comissão de Seleção, designada pelo Colegiado do PPGCP, para a turma de 2024 do Curso de Doutorado em Ciência Política é a seguinte:

- Prof. Dr. BRUNO DE CASTRO RUBIATTI (Presidente);
- Prof. Dr. CARLOS AUGUSTO DA SILVA SOUZA (membro);
- Profa. Dra. EUGÊNIA ROSA CABRAL (membro);
- Profa. Dra. MARIA DOLORES LIMA DA SILVA (Suplente).

6.2. Em caso de necessidade, os critérios de desempate serão adotados na seguinte ordem: 1º, candidato(a) que obteve nota mais alta na arguição ao Pré-projeto (item 7.2); 2º, candidato(a) que obteve nota mais alta na avaliação do currículo; 3º, maior idade.

6.3. Os recursos a toda e qualquer fase do processo de seleção deverão ser feitos por meio de requerimentos endereçados ao Presidente da Comissão de Seleção, enviados por e-mail para [selecao.doutorado.ppgcpufpa@gmail.com](mailto:selecao.doutorado.ppgcpufpa@gmail.com), respeitados os prazos previstos no Item 8 do presente edital (Calendário).

6.3.1. Em caso de deferimento, o(a) candidato(a) será convocado(a) por meio de publicação na página do PPGCP na internet para receber as informações sobre sua participação na próxima fase da seleção.

## 7. ETAPAS DE SELEÇÃO

7.1. 1ª Etapa: análise do pré-projeto de pesquisa (eliminatória).

7.2. 2ª Etapa: arguição oral dos(as) candidatos(as), com base no Currículo Lattes, no Pré-projeto apresentado, no Histórico Escolar (mestrado) e na Carta de Intenções ao Presidente da Comissão de Seleção (eliminatória e classificatória).

7.3. 3ª Etapa: análise do Currículo Lattes e da trajetória acadêmica do candidato(a).

7.4. 4ª Etapa: procedimento de Heteroidentificação, exclusiva a candidatos(as) inscritos(as) às vagas destinadas a pessoas negras.

7.5. 5ª Etapa: exame de proficiência em duas línguas estrangeiras (inglês / espanhol / francês), obrigatório, que será realizado em data e horário oportunos a serem divulgados no site do PPGCP.

## 8. DO CALENDÁRIO

Etapas da Seleção	Datas / Períodos	Local
Divulgação do Edital	15/01/2024	Site do PPGCP
Prazo Recursal do Edital	15 a 17/01/2024	<a href="mailto:selecao.doutorado.ppgcpufpa@gmail.com">selecao.doutorado.ppgcpufpa@gmail.com</a>
Resposta aos recursos contra o Edital	18/01/2024	Site do PPGCP
Inscrições ao processo seletivo	18 a 28/01/2024	Site do PPGCP
Homologação e divulgação dos(as) candidatos(as) inscritos(as)	29/01/2024	Site do PPGCP
Prazo Recursal das inscrições	30 e 31/01/2024	<a href="mailto:selecao.doutorado.ppgcpufpa@gmail.com">selecao.doutorado.ppgcpufpa@gmail.com</a>
<b>1ª Etapa:</b> análise do pré-projeto de pesquisa	Até o dia 05/02/2024	Sala 1 do PPGCP
Divulgação dos(as) aprovados(as) na 1ª Etapa	06/02/2024	Site do PPGCP
Prazo recursal da 1ª etapa	07 e 08/02/2024	<a href="mailto:selecao.doutorado.ppgcpufpa@gmail.com">selecao.doutorado.ppgcpufpa@gmail.com</a>
Resposta aos recursos à 1ª etapa	09/02/2024	Site do PPGCP
<b>2ª Etapa:</b> arguição oral dos(as) candidatos(as)	19 a 22/02/2024	Sala 1 do PPGCP
Divulgação do resultado da 2ª etapa	23/02/2024	Site do PPGCP
Prazo Recursal da arguição	26 e 27/02/2024	<a href="mailto:selecao.doutorado.ppgcpufpa@gmail.com">selecao.doutorado.ppgcpufpa@gmail.com</a>
Resposta aos recursos à 2ª etapa	28/02/2024	Site do PPGCP
<b>3ª Etapa:</b> análise do Currículo Lattes e da trajetória acadêmica do(a) candidato(a)	29/02 a 04/03/2024	Sala 1 do PPGCP
Divulgação do resultado da 3ª etapa	04/03/2024	Site do PPGCP
Prazo Recursal da análise de currículo	05 e 06/03/2024	<a href="mailto:selecao.doutorado.ppgcpufpa@gmail.com">selecao.doutorado.ppgcpufpa@gmail.com</a>
Resposta aos recursos à 3ª etapa	07/03/2024	A definir
<b>4ª Etapa:</b> procedimento de Heteroidentificação (Banca e Recursos), exclusiva a candidatos(as) inscritos(as) às vagas destinadas a pessoas negras.	08 a 15/03/2024	A definir
Divulgação do resultado da 4ª etapa	A definir	<a href="mailto:selecao.doutorado.ppgcpufpa@gmail.com">selecao.doutorado.ppgcpufpa@gmail.com</a>
<b>5ª Etapa:</b> exame de proficiência em duas línguas estrangeiras	A definir	A definir
Divulgação do resultado da 5ª etapa	A definir	A definir
<b>Divulgação do Resultado Final do processo seletivo.</b>	18/03/2024	Site do PPGCP

## 9. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

### 9.1. Etapa 1 – Análise do Pré-projeto (eliminatória e classificatória):

9.1.1. Serão observados os seguintes critérios de avaliação e respectivas pontuações:

a) Relevância do tema do pré-projeto para a Ciência Política;	10,0
b) Adequação do Pré-projeto a uma das linhas do PPGCP e a um dos Programas de Pesquisa coordenados por docentes do PPGCP;	5,0
c) Domínio, adequação e atualização do referencial teórico ao tema proposto no pré-projeto;	25,0
d) Congruência entre o problema de pesquisa, os objetivos e as hipóteses;	25,0
e) Adequação e pertinência da metodologia proposta;	20,0
f) Exequibilidade do estudo proposto;	10,0
g) Organização e clareza dos elementos componentes do Pré-projeto, com uso adequado da terminologia técnica e dos elementos normativos da língua portuguesa.	5,0

9.1.2. Qualquer identificação de plágio implicará na imediata desclassificação do(a) candidato(a);

9.1.3. A pontuação final do Pré-projeto será a média aritmética calculada com base na nota atribuída por cada membro titular da Comissão de Seleção;

9.1.4. Serão considerados(as) aprovados(as) os(as) candidatos(as) que atingirem a média 70,0 (setenta), no mínimo.

**9.2. Etapa 2 – Arguição oral dos(as) candidatos(as), com base no Pré-projeto apresentado, no Currículo Lattes, no Histórico Escolar (mestrado) e na Carta de Intenções (eliminatória e classificatória).**

9.2.1. Serão observados os seguintes critérios de avaliação e respectivas pontuações:

a) domínio e segurança em relação ao pré-projeto (35 pontos);	35,0
b) demonstração de conhecimento teórico e metodológico (35 pontos);	35,0
c) articulação da trajetória profissional e acadêmica com o pré-projeto e a área da Ciência Política (30 pontos).	30,0

9.2.2. As arguições serão realizadas por ordem alfabética dos(as) candidatos(as) aprovados(as) na 1ª etapa;

9.2.3. Para candidato(a)s **não residentes** em municípios da Região Metropolitana de Belém, esta etapa poderá ser realizada à distância, via *Google Meet*, desde que tenha sido solicitado no ato da inscrição e com indicação, no formulário de inscrição, do endereço eletrônico do(a) candidato(a). Neste caso, a arguição será feita nos dias 21 e 22 de fevereiro de 2024, em horário a ser informado. O(A) candidato(a) se responsabilizará por testar a conexão com a Secretaria do Programa, quando solicitado, garantindo banda de internet com velocidade compatível para emissão de som e imagem em tempo real. O Programa não se responsabilizará por problemas na conexão por parte do(a) candidato(a).

9.2.3.1. Para fins deste Edital os municípios componentes da Região Metropolitana de Belém são aqueles definidos em legislação Estadual, quais sejam: Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará, Castanhal e Barcarena.

9.2.4. A nota final da arguição será estabelecida pela média aritmética da nota atribuída pelos três membros da banca de avaliação;

9.2.5. O(a) candidato(a) poderá ter acesso às planilhas individuais de avaliação da arguição, desde que solicite por meio de requerimento (via e-mail) endereçado ao Presidente da Comissão de Seleção, respeitando-se o prazo recursal previsto no presente edital.

### 9.3. Etapa 3 – Análise do Currículo Lattes e da trajetória acadêmica do candidato(a):

9.3.1. Serão observados os seguintes critérios de avaliação e respectivas pontuações:

Grupos	Descrição	Pontuação
<b>Grupo 1: Formação</b>	Mestrado em Ciência Política	20
	Mestrado em outros cursos da área de Ciências Humanas da CAPES	15
	Mestrado em outras áreas	10
	<b>Pontuação Máxima</b>	<b>20</b>
<b>Grupo 2: Produção</b>	Artigos QUALIS A (até 60 pontos)	20
	Artigos QUALIS B (até 60 pontos)	15
	Livro ou capítulo de livro (até 30 pontos)	10
	Apresentação de trabalhos em Congressos de Ciência Política e/ou Ciências Sociais (até 20 pontos)	5
	Apresentação de trabalhos em Congressos de outras áreas (até 8 pontos)	2
	Textos em jornais, revistas de notícias e similares (até 8 pontos)	2
	Conferencista, palestrante, participante em mesa-redonda, debatedor em eventos acadêmicos (até 8 pontos)	2
	Entrevistas para rádio, TV e Similares (até 8 pontos)	2
	Outras produções técnicas conforme indicação da área (até 10 pontos)	2
<b>Pontuação Máxima</b>	<b>60</b>	
<b>Grupo 3: Experiência acadêmica e profissional</b>	Participação em grupo de pesquisa (até 10 pontos)	10
	Participação em projeto de extensão (em 2 projetos, no máximo)	5
	Experiência didática no ensino superior (até 10 pontos)	10
	Experiência didática no ensino médio e técnico (até 7 pontos)	7
	Experiência didática em outros níveis de ensino (até 5 pontos)	5
	Experiência em consultoria, assessoria e/ou gestão pública (até 10 pontos)	10
<b>Pontuação Máxima</b>	<b>20</b>	

### 9.4. Etapa 4 – Procedimento de Heteroidentificação, exclusiva a candidatos(as) inscritos(as) às vagas destinadas a pessoas negras.

9.4.1. O procedimento de heteroidentificação será promovido sob a forma presencial.

9.4.2. O procedimento de heteroidentificação será realizado por comissão criada especificamente para este fim.

9.4.3. A comissão de heteroidentificação utilizará exclusivamente o critério fenotípico para aferição da condição declarada pelo(a) candidato(a) no ato da inscrição, conforme Portaria

Normativa Nº 4, de 6 de abril de 2018 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/Secretaria de Gestão de Pessoas.

9.4.4. O procedimento de heteroidentificação será filmado e sua gravação será utilizada na análise de eventuais recursos interpostos pelos(as) candidatos(as).

#### **9.5. Etapa 5 – Exame de proficiência em duas línguas estrangeiras.**

9.5.1. O exame de proficiência em língua inglesa é obrigatório para todos(as) os(as) candidatos(as).

9.5.1.1. Estarão dispensados(as) de realizar o exame de proficiência em língua inglesa os(as) candidatos(as) que apresentarem, no ato da inscrição à seleção para o curso de doutorado, certificado oficial que ateste conhecimento na língua, expedido nos últimos 4 (quatro) anos.

9.5.1.2 Candidatos(as) estrangeiros(as) estarão dispensados(as) de realizar a prova de língua inglesa caso tenham o referido idioma como idioma materno ou apresentem certificado de proficiência no referido idioma.

9.5.2. Além do exame de proficiência na língua inglesa todos(as) os(as) candidatos(as) deverão realizar exame de proficiência em uma segunda língua estrangeira, podendo optar por francês ou espanhol.

9.5.2.1. Estarão dispensados(as) de realizar o exame de proficiência em francês ou espanhol os(as) candidatos(as) que apresentarem, no ato da inscrição à seleção para o curso de doutorado, certificado oficial que ateste conhecimento nas referidas línguas, expedido nos últimos 4 (quatro) anos.

9.5.2.2 Candidatos(as) estrangeiros(as) estarão dispensados(as) de realizar a prova de língua espanhola ou francesa caso tenham um dos referidos idiomas como idioma materno ou apresentem certificado de proficiência em um dos referidos idiomas.

9.5.3. Para os(as) candidatos(as) estrangeiros, exceto aqueles oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) é obrigatório o exame de proficiência em língua portuguesa ou a apresentação de certificado de proficiência expedido por instituição reconhecida pelo MEC.

9.5.4. A avaliação da proficiência dos(as) candidatos(as) será feita mediante aplicação de prova de caráter instrumental, com o intuito de medir a capacidade de leitura e compreensão de textos do(a) candidato(a), nos idiomas pretendidos.

9.5.5. Será permitido o uso de dicionário convencional (não eletrônico), de uso individual e exclusivo.

9.5.6. O tempo máximo de realização da prova é de 4 horas.

9.5.7. O aproveitamento mínimo de cada uma das provas deve ser correspondente a 70%.

9.5.8. Os(as) candidatos(as) deverão realizar exame de proficiência nas duas línguas exigidas, obrigatoriamente, em data e horário oportunos a serem divulgados no site do PPGCP.

## **10. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO DA AVALIAÇÃO**

10.1. Será considerado(a) aprovado(a) **nas fases eliminatórias** do processo seletivo, o(a) candidato(a) que obtiver nota mínima 70 (setenta) pontos, no intervalo de 0 (zero) a 100 (cem).

10.1.1. Os(as) candidatos(as) que concorrem às cotas estabelecidas no item 3.2 do presente edital, serão considerados(as) aprovados(as) caso obtenham nota mínima de 60 (sessenta) pontos nas etapas eliminatórias do processo seletivo.

10.2. Os(as) candidatos(as) serão classificados(as) segundo a ordem das suas notas finais.

10.3. Serão admitidos(as) no curso de doutorado os(as) candidatos(as) aprovados(as) e classificados(as), por ordem decrescente das notas apuradas até, no máximo, o número de vagas disponibilizadas neste Edital.

10.3.1. Em caso de empate, no preenchimento das vagas de ampla concorrência e das vagas reservadas, será aprovado(a) e classificado(a) o(a) candidato(a) que tiver obtido a maior nota no pré-projeto. Persistindo o empate, será aprovado(a) e classificado(a) o(a) candidato(a) com maior nota na 3ª etapa, análise do curriculum vitae.

10.4. A ordem de classificação não garante acesso automático às bolsas eventualmente disponibilizadas pelo Programa.

## **11. CANDIDATOS(AS) ESTRANGEIROS**

11.1. Candidatos(as) estrangeiros(as) residentes fora do Brasil poderão realizar todas as etapas do processo seletivo na Embaixada brasileira de seu respectivo país de origem. Para isso, deverão apresentar, quando da sua inscrição, documento da Embaixada brasileira aceitando a realização das atividades do processo seletivo, em suas dependências, em dia fixado pela Comissão de Seleção, bem como duração e condições semelhantes à dos(as) demais candidatos(as), além de designar funcionário responsável por sua aplicação.

11.2. Candidatos(as) estrangeiros(as) a uma bolsa de estudos da CAPES, CNPq, ou outras agências de fomento destinadas a alunos(as) de Doutorado estrangeiros no Brasil, chancelados pela CAPES, poderão requerer uma carta de aceite do PPGCP, ao longo do período de inscrições, previsto no respectivo edital. A emissão desta carta dependerá de análise do curriculum vitae do(a) candidato(a) estrangeiro, pré-projeto e histórico escolar, indicando que está apto a cursar o doutorado em Ciência Política, não o eximindo de cumprir as etapas posteriores do processo de seleção no âmbito do Ministério de Relações Exteriores do Brasil.

## **12. DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1 É vedada a presença de quaisquer outros(as) candidatos(as) quando da realização das arguições orais.

12.2. Os(as) candidatos(as) aprovados(as) deverão apresentar, no momento da matrícula do curso, uma cópia simples junto com o original, para simples conferência dos documentos descritos nos itens 5.3.1., 5.3.2. e 5.3.3.

12.3. A divulgação dos resultados contemplará a nota obtida pelo candidato(a) em cada fase do processo seletivo.

12.4. Não havendo o preenchimento das vagas, o Colegiado do PPGCP poderá abrir novo edital de seleção, especificamente para completar as vagas ociosas.

12.5. A data e o horário de matrícula dos(as) aprovados(as) serão divulgados em momento oportuno, no Site do PPGCP.

12.6. O Curso exige dedicação integral dos(as) candidatos(as) aprovados(as).

12.7. O Curso é presencial e as atividades ocorrem nas dependências da UFPA, no Campus Belém, na Cidade Universitária Professor José da Silveira Netto.

12.8. O Cronograma do processo seletivo poderá sofrer modificações pela Comissão de Seleção em decorrência de eventos imprevistos.

12.8.1. É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) o acompanhamento de eventuais modificações no cronograma, divulgadas no site do PPGCP.

12.9. É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) a provisão da infraestrutura necessária para a participação em todas as etapas do processo seletivo.

12.10. Os casos omissos serão avaliados e resolvidos, em primeira instância, pela Comissão de Seleção; e em segunda instância, pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**ANEXO I**

**AUTODECLARAÇÃO RACIAL DE PESSOA NEGRA**

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_  
CPF \_\_\_\_\_, inscrito no Processo Seletivo do curso de Doutorado da Pós-  
graduação em Ciência Política (PPGCP) sob o número \_\_\_\_\_, objeto do Edital  
nº 01/2024, de 18 de janeiro de 2024, declaro, para fim específico de ingresso na UFPA, que sou  
Pessoa Negra, de cor \_\_\_\_\_ (preta ou parda).

**JUSTIFICATIVA:**

Declaro, ainda, que me reconheço como pessoa negra pelas seguintes características no meu  
fenótipo:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Estou ciente de que na hipótese de se comprovar informações inverídicas, apurado em qualquer  
tempo, ainda que posteriormente à matrícula, estou sujeito a perder a vaga, independentemente da  
alegação de boa-fé, e a quaisquer direitos dela decorrentes.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
**Assinatura (conforme documento de identidade)**

## ANEXO II

### PROGRAMAS DE PESQUISA DOS(AS) DOCENTES DO PPGCP, COM DISPONIBILIDADE PARA ORIENTAÇÃO NO DOUTORADO

#### 1) INSTITUIÇÕES POLÍTICAS: PROCESSO LEGISLATIVO E CONTROLE

**Coordenador: Prof. Dr. BRUNO DE CASTRO RUBIATTI**

Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2005); Mestre (2008) e Doutor (2014) em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas. Realizou Estágio Pós-doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI (PNPD/CAPES) e junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFMG. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Instituições Governamentais Específicas e Processos Legislativos.

**Objetivos do Programa:** Desenvolver pesquisas com o foco nas casas legislativas Brasileiras, destacando o comportamento parlamentar e organização do Legislativo e seus impactos sobre o funcionamento do sistema político brasileiro.

**Ementa:** Estudos Legislativos. O senado no processo decisório brasileiro. Organização do Legislativo e Sistema de Comissões. Partidos Políticos no Legislativo. Processo Decisório. Relação Executivo-Legislativo. Instrumentos de Controle.

**Temas de Interesse do Programa:**

- a) Produção Legislativa;
- b) O Senado no Processo legislativo brasileiro;
- c) Comportamento Legislativo;
- d) Dinâmica Bicameral;
- e) Organização do Processo Legislativo;
- f) Sistema de Comissões;
- g) Relação entre o Executivo e o Legislativo;
- h) Utilização dos Instrumentos de Controle pelo Legislativo.
- i) Características partidárias e informacionais das Audiências Públicas

#### 2) DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

**Coordenador: Prof. Dr. CARLOS AUGUSTO DA SILVA SOUZA**

Graduado em Economia pela UFPA (1988); Mestre em Ciência Política (1994); Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2006). Atua principalmente nos seguintes temas: Sistemas Eleitorais e Partidários; Minorias e grupos de interesse no processo eleitoral; Comportamento Eleitoral; Sub-representação e participação política; Política Comparada.

**Objetivos:** Desenvolver estudos sobre o funcionamento das instituições democráticas no Brasil, evidenciando a participação e influência dos atores políticos, tanto no âmbito do sistema eleitoral e partidário quanto na relação entre os poderes executivo e legislativo. Estudar a participação de minorias (mulheres, negros, indígenas, jovens e idosos) no processo eleitoral.

**Ementa:** Geografia do voto. Participação e representação política. Comportamento eleitoral. Coligações partidárias. Minorias e grupos de interesses no processo eleitoral. Subrepresentação política. Emendas orçamentárias. Recrutamento político. Reeleição e renovação parlamentar. Financiamento de campanhas.

**Temas de Interesse do Programa:**

- a) Avaliar o sistema partidário e a força dos partidos na esfera local, nacional e estadual;
- b) Analisar a Geografia do voto existente nas eleições legislativas e executivas;
- c) Entender o processo de Participação e o comportamento do eleitor nas eleições legislativas e executivas;
- d) Estudar o processo de formação e desempenho das coligações no processo eleitoral;
- e) Identificar a participação de grupos sociais relevantes na formação do poder político como: mulheres, indígenas, negros, religiosos, jovens, idosos, etc.;
- f) Verificar os mecanismos de recrutamento e formação de lideranças na esfera eleitoral e partidária;
- g) Avaliar as reeleições e a renovação parlamentar verificados no processo eleitoral;
- h) Analisar a formação da receita e despesas das campanhas eleitorais e o processo de prestação de contas por parte da elite política.

### 3) GRUPOS DE INTERESSE, LOBBY E POLÍTICAS PÚBLICAS

**Coordenadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. EUGÊNIA ROSA CABRAL**

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1989); Mestre (1998) pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA); Doutora (2007) em Ciências Humanas: Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordena o Projeto de Cooperação Acadêmica “Políticas Públicas e Processos Decisórios” no âmbito do PROCAD-Amazônia (CAPES - Edital 21/2018). Atua principalmente nos seguintes temas: 1) Comportamento Legislativo. 2) Lobby e Políticas Públicas. 3) Legislativo e Políticas Públicas; 4) Processos Decisórios e Conflitos de Interesse; 5) Políticas de Meio ambiente.

**Objetivos:** analisar o papel das instituições como fator determinante na configuração dos padrões de relação entre o executivo, o legislativo e os grupos de interesse, mais especificamente grupos empresariais, com ênfase nas implicações desses padrões de interação na produção legislativa e nos processos decisórios concernentes a políticas públicas.

**Ementa:** Interação entre Executivo, Legislativo e Grupos de Interesse. Processos decisórios de políticas públicas. Produção legislativa. Lobby como forma de representação política. Regras institucionais como fator determinante de padrões de interação. Papel do Estado na coordenação e regulação do mercado.

**Temas de Interesse do Programa:**

- a) Produção legislativa e processos decisórios sobre projetos de infraestrutura de transporte, portos, energia elétrica e telecomunicações com significativo impacto ambiental;

- b) Produção legislativa e processos decisórios sobre política ambiental, biossegurança e aquecimento global;
- c) Estratégias de pressão de grupos de interesse em processos decisórios de políticas públicas;
- d) Formas de interação entre Grupos de Interesse e representantes dos poderes Executivo e Legislativo em processos de elaboração e controle de políticas públicas.

#### 4) ANTROPOLOGIA POLÍTICA

**Coordenadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. FERNANDA VALLI NUMMER**

Graduada em Ciências Sociais - Bacharelado e Licenciatura - pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1997), mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2001) e doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2010). Atualmente é pesquisadora e professora da Universidade Federal do Pará. Tem experiência na área de Antropologia e Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: identidade, sociabilidade, trabalho, militarismo e instituições policiais.

**Objetivos:** realizar estudos com enfoque em antropologia sobre a política nacional e internacional; orientar trabalhos que recorram ao método etnográfico para estudos sobre fenômenos políticos no Brasil.

**Ementa:** Antropologia política. Conceitos fundamentais da antropologia e da antropologia política. Poder, Estado, dádiva, entre outros. Exemplos de estudos em antropologia política.

**Temas de Interesse do Programa:**

- a) Políticas Públicas;
- b) Instituições Políticas;
- c) Personagens da Política Brasileira

#### 5) CLASSES SOCIAIS E COMPORTAMENTO POLÍTICO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.

**Coordenador: Prof. DR. GUSTAVO CÉSAR DE MACEDO RIBEIRO**

Doutor em Ciências Sociais (UFRN). Coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Comportamento Político e Sociedade, do Projeto Barômetro Político da Amazônia Brasileira e da Pesquisa de Valores Ambientais e Atitudes sobre a Amazônia. Desenvolve pesquisas na área de Comportamento Político e Opinião Pública, especialmente nas temáticas das clivagens sociais e comportamento político, voto de classe e valores, atitudes e comportamentos ambientais do público brasileiro.

**Objetivos:** O presente projeto busca analisar as interseções entre classes sociais e comportamento político no Brasil. Especificamente, busca-se compreender os efeitos estruturais e políticos das clivagens de classe sobre o comportamento e as atitudes políticas do público de massas brasileiro. Sob essa perspectiva são elaborados trabalhos sobre voto de classe e as diferenças classistas acerca de *issues* ideológicos, das preferências por políticas e da cultura política.

**Ementa:** Comportamento político e clivagens sociais; Voto de classe; Classes e ideologia; Classes e preferências por políticas; Classes e cultura política.

**Temas de Interesse do Programa:**

- a) Voto de classe;
- b) Classes, ideologia, preferências por políticas e cultura política;
- c) Metodologia Survey;
- d) Métodos quantitativos.

**6) PESQUISA DE VALORES AMBIENTAIS E ATITUDES SOBRE A AMAZÔNIA****Coordenador: Prof. DR. GUSTAVO CÉSAR DE MACEDO RIBEIRO**

Doutor em Ciências Sociais (UFRN). Coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Comportamento Político e Sociedade, do Projeto Barômetro Político da Amazônia Brasileira e da Pesquisa de Valores Ambientais e Atitudes sobre a Amazônia. Desenvolve pesquisas na área de Comportamento Político e Opinião Pública, especialmente nas temáticas das clivagens sociais e comportamento político, voto de classe e valores, atitudes e comportamentos ambientais do público brasileiro.

**Objetivos:** A Pesquisa de Valores Ambientais e Atitudes sobre a Amazônia (PVAAA) objetiva produzir um survey para analisar as percepções e comportamentos do público brasileiro em relação a questões ambientais, bem como a políticas públicas e temas de interesse que envolvem a região Amazônica. O desenho amostral da PVAAA toma como universo a população brasileira acima de 16 anos de idade. Além de representativa a tal universo, a amostra também assim se afigura em relação à região Norte do Brasil. Por seu turno, a proposta de desenho de seu questionário se baseia em quatro eixos fundamentais: (I) Valores Ambientais; (II) Atitudes sobre a Amazônia; (III) Atitudes e Comportamento Político; (IV) Perfil Socioeconômico.

**Ementa:** Valores Ambientais; Atitudes sobre a Amazônia; Preferências sobre políticas ambientais; Percepção de mudanças climáticas; Opinião sobre temas críticos que envolvem a Amazônia.

**Temas de Interesse do Programa:**

- a) Atitudes e comportamentos ambientais;
- b) Atitudes sobre a Amazônia;
- c) Pesquisa survey;
- d) Mudanças climáticas;
- e) Políticas ambientais.

**7) DEFESA SOCIAL E JUSTIÇA CRIMINAL****Coordenador: Prof. Dr. JAIME LUIZ CUNHA DE SOUZA**

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará. Professor Associado Nível II. Professor da Faculdade de Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da UFPA. Atividades docentes e de pesquisa nas áreas de Crime e Violência na América Latina; Segurança Pública; Moradores em Situação de Rua e suas interfaces com variadas formas de violência.

**Objetivos:** Analisar o funcionamento das instituições de segurança pública e justiça criminal cotejando a dinâmica da relação entre essas instituições e os outros segmentos da sociedade no Brasil e na América latina

**Ementa:** Dinâmicas envolvidas no funcionamento das instituições de segurança pública e justiça criminal, suas políticas e seus programas.

**Temas de Interesse do Programa:**

- a) Instituições de Segurança Pública; Polícias, Corpo de bombeiros e Guarda Municipal;
- b) Instituições do Sistema de Justiça: Ministério Público, Defensoria, Juizados;
- c) Instituições do Sistema Penitenciário;
- d) Instituições e Programas destinados à ressocialização de presos;
- e) Instituições de assistência a moradores em situação de rua, acolhimento a idosos;
- f) Programas destinados ao atendimento de pessoas sob medidas protetivas.

## 8) TERRA, SAÚDE E EDUCAÇÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA POPULAÇÕES QUILOMBOLAS NA AMAZÔNIA

**Coordenador: Prof. Dr. LUÍS FERNANDO CARDOSO E CARDOSO**

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade da Amazônia (1999); Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (2002); Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008). Realizou Estágio Pós-doutoral na *University of St. Andrews*, Scotland-UK (2014). Tem experiência na área de Pensamento Social Latino Americano, com ênfase na perspectiva decolonial. Atua principalmente nos seguintes temas: Antropologia Política, Pensamento Decolonial, Estado e políticas públicas para população tradicional, assim como temas relacionados à raça e etnicidade.

**Objetivos:** As populações tradicionais, por meio dos movimentos sociais, possuem agenda de luta por direitos sociais definidas segundo suas avaliações com relação às possibilidades políticas de conquistá-los. Deste modo, elas lutaram por muito tempo, e algumas ainda lutam, para assegurar o direito à terra, com objetivo de garantirem a reprodução da vida material. Os grupos que alcançaram suas demandas, logo formularam outras reivindicações sobre as quais passam se organizar politicamente. Nesse movimento, uma parcela das populações tradicionais hoje tem como bandeira de luta a formulação de políticas públicas ligadas às suas especificidades étnico-raciais e culturais, nas áreas que lhes parecem mais urgentes. Portanto, com este programa de pesquisa, investiga-se como as políticas públicas relacionadas à produção, à saúde e educação chegam às populações tradicionais, e quais seus efeitos reais para efetivação da cidadania da população rural no Brasil.

**Ementa:** Os estudos de políticas públicas às populações tradicionais seguirão a matriz do pensamento decolonial, com autores como Enrique Dussel, Anibal Quijano, Walter D Mignolo, Nelson Maldonado-Torres. Com os herdeiros da teórica crítica, Nancy Fraser e Axel Honneth, analisaremos a organização política e social das populações tradicionais e suas lutas por reconhecimento e distribuição. Esses dois eixos serão alimentados por outros autores, os quais comporão o quadro analítico desse programa de investigação.

**Temas de Interesse do Programa:**

- a) Raça e Estado;
- b) Estado e Direito Quilombola;
- c) Saúde e Raça;
- d) Raça e Políticas Públicas.

## 9) REPRESENTAÇÃO, INSTITUIÇÕES E COMPORTAMENTO POLÍTICO.

**Coordenadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. MARIA DOLORES LIMA DA SILVA**

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1991); Mestre (1999) e Doutora (2007) em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ. Atua principalmente nos seguintes temas: 1) Comportamento Parlamentar. 2) Relação Executivo x Legislativo. 3) Produção Legislativa. 4) Processo Decisório de Políticas Públicas. 5) Políticas Públicas Ambientais.

**Objetivos:** Analisar comportamentos políticos no âmbito das instituições do sistema político brasileiro, especialmente do Poder Legislativo nacional, estadual e municipal. Produzir reflexões a respeito do processo decisório de políticas públicas. Identificar demandas e interesses traduzidos pelos atores políticos no exercício das atividades de representação parlamentar. Investigar as especificidades da produção de políticas ambientais no Parlamento.

**Ementa:** Análise de demandas por políticas públicas no Poder Legislativo; Investigação sobre o papel dos poderes Executivo e Legislativo na elaboração de políticas públicas. Estudo e pesquisa sobre políticas ambientais.

**Temas de Interesse do Programa:**

- a) Perfil institucional dos Poderes Legislativos nacional, estadual e municipal;
- b) Produção legislativa sobre políticas sociais e ambientais;
- c) Processo decisório de políticas públicas.
- d) Políticas de impacto ambiental;
- e) Perfil de mandatos parlamentares.

## 10) POLÍTICAS AMBIENTAIS: REGULAÇÃO E IMPACTOS SOBRE COMUNIDADES AMAZÔNICAS

**Coordenadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. MARIA DOLORES LIMA DA SILVA**

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará; Mestre e Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ. Atua principalmente nos seguintes temas: 1) Comportamento Parlamentar. 2) Relação Executivo-Legislativo. 3) Produção Legislativa. 4) Processo Decisório de Políticas Públicas. 5) Políticas Públicas Ambientais.

**Objetivos:** Analisar comportamentos políticos no âmbito das instituições do sistema político brasileiro, especialmente do Poder Legislativo nacional, estadual e municipal. Produzir reflexões a respeito do processo decisório de políticas públicas. Identificar demandas e interesses traduzidos pelos atores políticos no exercício das atividades de representação parlamentar. Investigar as especificidades da produção de políticas ambientais no Parlamento.

**Ementa:** Análise e pesquisa sobre políticas regulatórias ambientais. Estudos sobre o papel dos poderes Executivo e Legislativo na elaboração de políticas ambientais. Análise sobre o impacto de políticas ambientais sobre diferentes grupos sociais amazônicos.

**Temas de Interesse do Programa:**

- a) Processo decisório de políticas públicas ambientais.
- b) Impacto de políticas ambientais sobre grupos sociais amazônicos.
- c) Reformulação de políticas ambientais.

## 11) REFORMAS COMPARADAS

**Coordenador: Prof. Dr. MURILO DE OLIVEIRA JUNQUEIRA**

Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre e Doutor em Ciência Política, também pela USP. Suas áreas de interesse são instituições políticas, economia política, gestão pública, federalismo, políticas públicas, e metodologia de pesquisa em ciência política.

**Objetivos:** O presente projeto visa desenvolver pesquisas sobre o processo de tramitação de importantes reformas de políticas (*policy reforms*) ao nível nacional. Entre as essas reformas, podemos citar como exemplo reformas de instituições econômicas (como a reforma trabalhista e a reforma tributária), reformas do Estado de bem-estar social (reforma da previdência) ou reformas das garantias de lei e ordem (reforma do judiciário, projeto anticrime). Os problemas de pesquisa explorados envolvem perguntas como quais os atores envolvidos na tramitação das reformas, sejam eles atores sociais (a sociedade civil) ou estatais (políticos e burocratas)? Quais as ideias e interesses mais importantes na elaboração e tramitação das propostas? Quais fatores auxiliam a prever as chances de sucesso da reforma? Quais as estratégias e formas de organização políticas dos atores envolvidos?

**Ementa:** Estudos legislativos. Relações Executivo-Legislativo. Lobby. Relações governo-sociedade. Economia política e processo decisório de políticas públicas

**Temas de Interesse do Programa:**

- a) Atores e interesses na tramitação de reforma;
- b) Impacto das instituições política no processo decisório;
- c) Lobby e relações governo-sociedade;
- d) Comportamento parlamentar.

## 12) CIÊNCIAS SOCIAIS COMPUTACIONAIS

**Coordenador: Prof. Dr. MURILO DE OLIVEIRA JUNQUEIRA**

**Objetivos:** O presente programa visa desenvolver as interfaces entre as ciências sociais (principalmente a ciência política) e a ciência da computação. O programa envolve o estudo de informações geradas computacionalmente (através de *gadgets*, redes sociais, telefones celulares, etc), *data science*, *big data*, inteligência artificial, simulação baseada em agentes, estatística e econometria aplicada às ciências. O programa visa tanto estudar temas que são melhor abordados através das ciências sociais computacionais quanto desenvolver novas metodologias para estudar temas clássicos das ciências sociais.

**Ementa:** Ciências sociais computacionais. Redes sociais. Simulação baseada em agentes. *Data science*, *big data*. Inteligência artificial. Estatística e econometria aplicada às ciências sociais.

**Temas de Interesse do Programa:**

- a) Redes sociais;
- b) Análise de linguagem natural;
- c) Métodos quantitativos aplicados às ciências sociais;
- d) Inteligência artificial aplicada às ciências sociais;
- e) Programação aplicada às ciências sociais.

### 13) GÊNERO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICA: ATIVISMO POLÍTICO-COMUNICACIONAL E INTERAÇÕES SOCIOESTATAIS

**Coordenadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. RAYZA SARMENTO**

Doutora e mestra em Ciência Política pela UFMG. Coordenadora do GCODES - Grupo de Pesquisa em Gênero, Comunicação, Democracia e Sociedade. Pesquisadora associada ao Margem/UFMG - Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça. Integrante do Instituto Nacional de Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD).

**Objetivos:** Compreender o ativismo político feminista em diferentes âmbitos (protestos, arenas comunicacionais, espaços institucionais, etc) e compreender suas interações socioestatais.

**Ementa:** A relação entre movimentos sociais, política e gênero (inclusive contra-movimentos e antifeminismos) na sociedade civil e no Estado; os atravessamentos entre comunicação, política e feminismos (cobertura midiática tradicional, imprensa alternativa e uso de mídias sociais online); a contribuição da teoria política feminista à Ciência Política; gênero e Estado; gênero, manifestações e protestos.

**Temas de Interesse do Programa:**

- a) Movimentos sociais, política e Estado (organização; mobilização; demandas públicas e configurações de atuação online)
- b) Movimento feminista, gênero e interações socioestatais (manifestações, articulações eleitorais, ativismo político e ativismo institucional);
- c) Comunicação, internet e política;
- d) Teoria política feminista em perspectiva interseccional;
- e) Teoria democrática contemporânea e minorias políticas.

### 14) FILOSOFIA POLÍTICA, DIAGNÓSTICOS E PROGNÓSTICOS DE NORMATIZAÇÃO SOCIAL

**Coordenadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> BÁRBARA LOU DA COSTA VELOSO DIAS**

Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro - IUPERJ/IESP. Membro fundadora do Cesip-Margear. Pesquisadora visitante na Universidade François Rabelais de Tours - França. Guest Scientist LE STUDIUM (Laboratório ICD - Interactions Culturelles et Discursives). Pesquisadora membro da Rede Internacional de Pesquisa GENA (Grupo de Estudos sobre Neoliberalismo e alternativas. Na pesquisa aborda os seguintes temas: Teoria e epistemologia política contemporânea, neoliberalismo, teoria do Estado, teoria democrática, sociologia política e teoria política brasileira.

**Objetivos:** a) Estudar e desenvolver projetos sobre filosofia política, especificamente relacionados à formação de identidade e sua relação com a reprodução social e política); b) Estudar e desenvolver projetos sobre os diagnósticos apresentados pela teoria crítica, especialmente o tema das formas de vida e de sofrimentos; c) Desenvolver uma reflexão filosófica política e projetos sobre as possibilidades de reinvenção normativa das teorias sobre representação política e exercício do Comum; d) Analisar e desenvolver projetos de modelos que buscam repensar novas formas de exercício político disruptivo.

**Ementa:** Formas de vida. Normatização social. Teoria crítica. Emancipação social. Identidade. Formas de Sofrimento. Precariedade. Necropolítica. Teoria do reconhecimento. Sofrimento por indeterminação. Democracia. Representação. Comum.

**Temas de Interesse do Programa:**

- a) Normatização e Reprodução social e política;
- b) Teoria crítica e reflexividade social;
- c) Neoliberalismo e Alternativas;

## 15) O APARATO JUDICIAL ESTATAL, SUA REPRODUÇÃO E SEUS VÍNCULOS COM A POLÍTICA

**Coordenadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> BÁRBARA LOU DA COSTA VELOSO DIAS**

**Objetivos:** a) Estudar e desenvolver projetos sobre o poder judiciário, especificamente sobre a forma como este realiza o recrutamento, a manutenção e a reprodução do seu aparato estrutural e disposicional; b) Estudar e desenvolver projetos prosopográficos sobre a formação disposicional e social dos juízes e outros membros do aparato judicial em sentido lato; c) Analisar e desenvolver projetos sobre a relação e a função do poder judiciário na formação e consolidação de um tipo de burocracia do Estado Brasileiro; d) Analisar e desenvolver projetos comparativos sobre o fenômeno do LawFare.

**Ementa:** Reprodução social. Disposições. Capitais. Prosopografia. Autonomia. Profissionalização. Burocracia. Aparato judicial. Lawfare. Judicialização.

**Temas de Interesse do Programa:**

- a) Autonomização e profissionalização do campo judicial no sentido lato.
- b) A formação e as disposições do corpo profissional que atua nas instituições judiciais e corpos políticos.
- c) Estudar comparativamente o Lawfare e o papel deste na perda de soberania política.

## 16) POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA NA AMAZÔNIA

**Coordenadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Nírvia Ravena**

Doutora em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). É professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU / NAEA-UFPA). É pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT-PPED). Consultora do *Global Environment Facility-GEF* em Governabilidade da Água no projeto Gestão Integrada e Sustentável dos Recursos Hídricos Transfronteiriços da Bacia Amazônica. Atua no campo de Políticas Públicas, principalmente nos seguintes temas: Governança, Regulação, Ação Coletiva, Comportamento Político e Comportamento Ambiental.

**Objetivos:** Desenvolver estudos acerca dos danos causados em áreas Amazônicas ligados tanto à implementação de modelos de desenvolvimento quanto às mudanças climáticas na região, mediante a utilização de ferramentas teórico-metodológicas provenientes da abordagem interdisciplinar e; desenvolver análises acerca das mudanças estruturais na regulação atentando para a interdependência global. Pretende-se que os trabalhos gerados neste programa sejam acessados pelos tomadores de decisão quando da elaboração de políticas públicas para a região como também pelas comunidades tradicionais nos momentos da participação destas

comunidades na configuração de demandas, elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas direcionadas à região.

**Ementa:** Produção de conhecimento sobre a Amazônia, principalmente através da realização de pesquisas onde a Amazônia é interpretada a partir de abordagens teórico-metodológicas inovadoras e interdisciplinares.

**Temas de Interesse do Programa:**

- a) Governança;
- b) Regulação;
- c) Ação Coletiva;
- d) Comportamento Político
- e) Comportamento Ambiental

## 17) DEMOCRACIA, DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO NA AMAZÔNIA

**Coordenador: Prof. Dr. Roberto Ramos Santos**

Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. É professor titular da Universidade Federal de Roraima (UFRR), pesquisador no Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia (Nupepa) e coordenador local do Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal (LEGAL-RR). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Estudos Eleitorais e Partidos Políticos, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento político regional, eleições e democracia na Amazônia.

**Objetivos:** Identificar aspectos socioeconômicos relacionados ao desenvolvimento político da região; verificar o avanço da democracia e os níveis de participação política das populações amazônicas; analisar o comportamento eleitoral regional na disputa pelos poderes Legislativo e Executivo; compreender as práticas e os determinantes institucionais dos Poderes Executivo e Legislativo.

**Ementa:** Sociedade, partidos e eleições. Processos legislativos, representação e bancadas parlamentares. Governança do Executivo.

**Temas de Interesse do Programa:**

- a) Participação política de grupos sociais;
- b) Partidos e eleições;
- c) Evolução dos poderes Legislativo e Executivo.